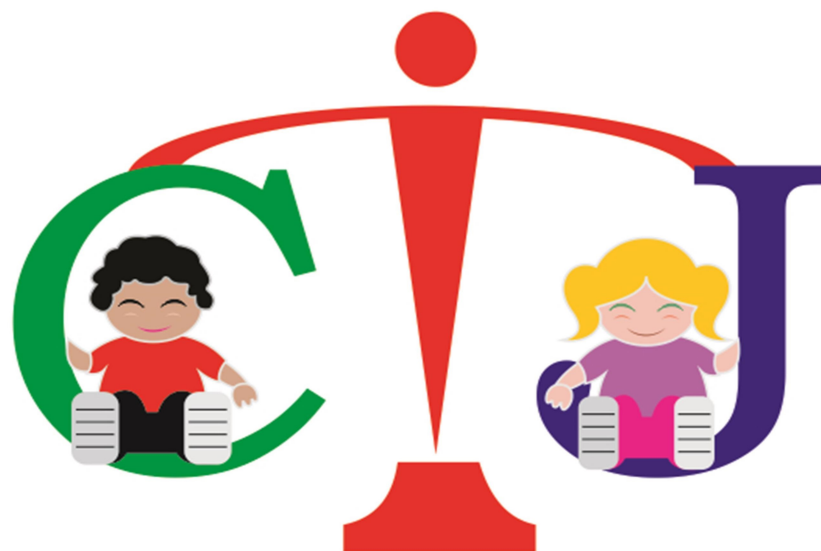




COORDENADORIA
da INFÂNCIA e
da JUVENTUDE

The logo features a stylized figure with arms raised, composed of a red circle for the head and a red vertical line for the body. The figure is flanked by a green 'C' on the left and a purple 'J' on the right. Inside the 'C' is a small illustration of a child's head with curly hair. Inside the 'J' is a small illustration of a child's head with blonde hair. The entire logo is set against a light blue background.

**RELATÓRIO DAS AÇÕES REALIZADAS NA
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
2014/2015**

COORDENADORIA
da INFÂNCIA e
da JUVENTUDE

1.COMPOSIÇÃO

1.1 MEMBROS

1. Desembargador **Jamil de Miranda Gedeon Neto** (presidente);
2. Juíza de Direito **Karla Jeane Matos de Carvalho**, titular da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto (Coordenadora)
3. Juíza de Direito **Lívia Maria da Graça Costa Aguiar**, respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito **José dos Santos Costa**, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital; Juiz de Direito **José Afonso Bezerra de Lima**, titular da 9ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Capital e Juiz de Direito **Simeão Pereira e Silva**, titular 4ª Vara Cível de Timon.

COORDENADORIA
da INFÂNCIA e
da JUVENTUDE

1.1 EQUIPE ADMINISTRATIVA

1. Maria Teresa Feitosa Rêgo (Secretária)
2. Cacilda Maria da Cruz Oliveira (Técnica Judiciária)
3. Abel Lima de Santana (Secretário de Administração)

1.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

1. Ana Carolina Silva Costa (Analista Judiciário – Psicólogo)
2. Maria Aparecida Chaves Sampaio (Analista Judiciário – Odontólogo)
3. Eloina Helena Sousa Abrantes (Analista Judiciário – Assistente Social)
4. Luciana Helena Gama Vaz (Analista Judiciário – Médico Pediatra)



COORDENADORIA
da INFÂNCIA e
da JUVENTUDE

The logo features a stylized figure in the center, composed of a red vertical line and a green circular arrow. To the left of the figure is a small illustration of a child with dark hair, and to the right is a small illustration of a child with blonde hair. The text 'COORDENADORIA da INFÂNCIA e da JUVENTUDE' is displayed in large, colorful letters at the bottom, with 'COORDENADORIA' in green, 'da INFÂNCIA e' in red, and 'da JUVENTUDE' in blue.

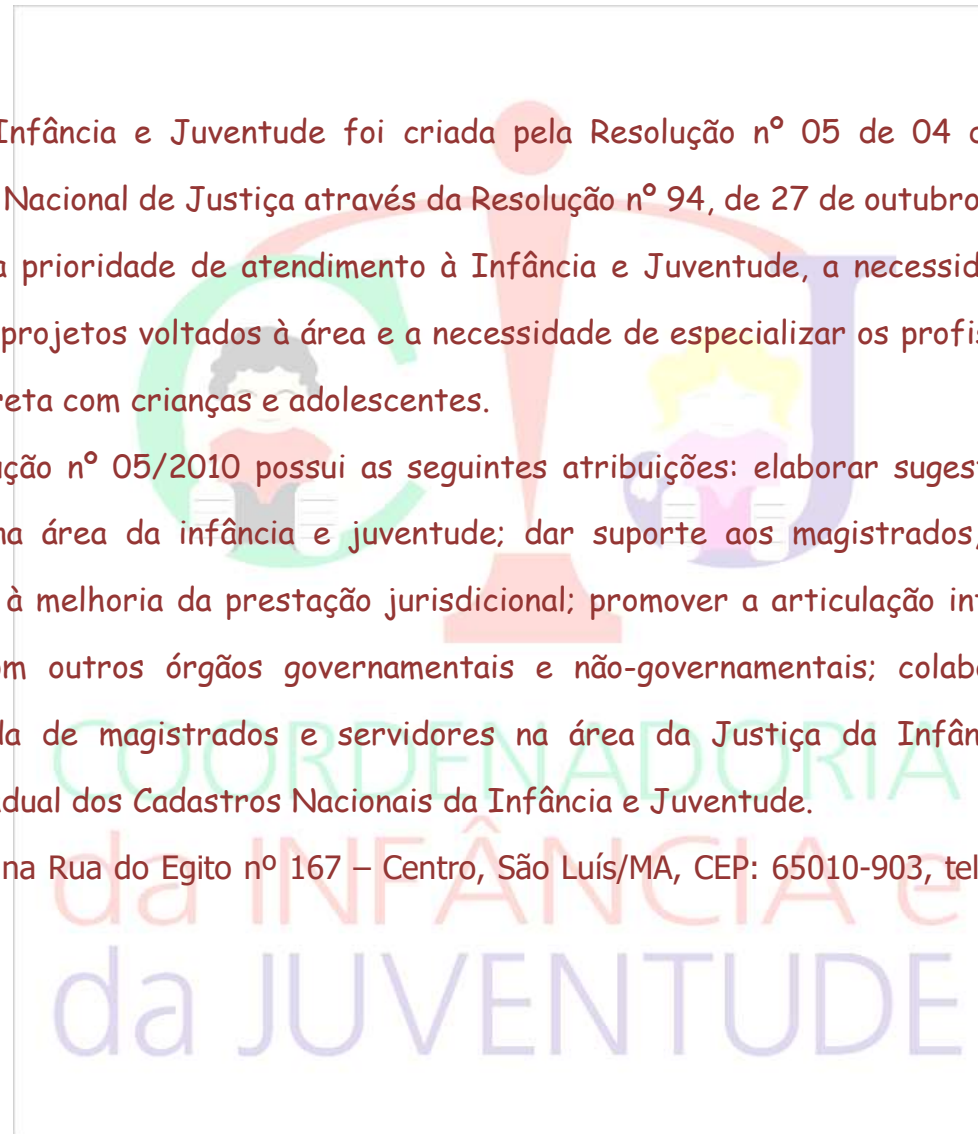
2. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria da Infância e Juventude foi criada pela Resolução nº 05 de 04 de março de 2010, atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça através da Resolução nº 94, de 27 de outubro de 2009.

Tem como princípios a prioridade de atendimento à Infância e Juventude, a necessidade de unificar e expandir as medidas de proteção e os projetos voltados à área e a necessidade de especializar os profissionais do Poder Judiciário do Maranhão para atuação direta com crianças e adolescentes.

Nos termos da Resolução nº 05/2010 possui as seguintes atribuições: elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores e as equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da Justiça da Infância e Juventude; exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

Encontra-se instalada na Rua do Egito nº 167 – Centro, São Luís/MA, CEP: 65010-903, telefone: (98) 3261-6287, desde o dia 24 de março de 2014.



3. AÇÕES REALIZADAS

3.1 Reuniões e Encontros da Infância e Juventude

- A Coordenadoria da Infância e Juventude participou das seguintes reuniões e encontros da Infância e Juventude:
- No dia 25 de março de 2014 na 2ª Vara da Infância e Juventude com representantes do Ministério Público e da Rede Maranhense de Justiça Juvenil para tratar da necessidade de locação de imóvel que abrigasse as Varas da Infância, a Promotoria e as equipes multidisciplinar.
- No dia 07 de abril de 2014 na unidade do monitoramento carcerário cujo tema foi crianças e adolescentes em conflito com a lei, com a participação do Dr. José dos Santos Costa (Juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude), representantes da Funac e da Rede Maranhense de Justiça Juvenil.
- No dia 25 de abril de 2014 foi realizada a primeira reunião dos Juízes membros da Coordenadoria com o objetivo de apresentação da Coordenadoria e o estabelecimento de metas prioritárias para elaboração de projetos. Foram discutidos, dentre outros, os seguintes tópicos: Instalação e estruturação das salas de depoimento especial em 10 (dez) Comarcas do Estado e curso de capacitação para magistrados e mediadores; Apresentação de questionário para avaliar as dificuldades de cada Vara Especializada na área da Infância e Juventude; Mobilização da sociedade para o dia 18 de maio - Dia nacional de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes; Apoio à campanha voltada para o combate ao uso do Crack , "Jogando Contra as Drogas", tomando como gancho o slogan da Copa do Mundo no

Brasil; Divulgação dos projetos como "Família Acolhedora", para que a sociedade adote posturas de participação e integração.

- No dia 07 de maio de 2014 com representantes do IBPR (Instituto Brasileiro de Práticas Restaurativas) com o objetivo de entender o funcionamento da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital e estabelecer parceria com órgãos ligados à Infância e Juventude. Foram discutidos, dentre outros, os seguintes tópicos: o problema na aplicação das medidas sócio-educativas devido à insuficiência de casas para a internação de adolescentes em conflito com a lei; a preocupação a respeito da eficácia das medidas sócio-educativas que seriam mais bem aplicadas com o apoio das equipes de referência, bem como o número de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) para atender o contingente; a importância da parceria de CREAS com o Conselho Tutelar e a SEMCAS (Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social); a importância do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo), que reforça a aplicação da Justiça Educativa e Justiça Restaurativa, impedindo que alguns conflitos cheguem ao conhecimento do Poder Judiciário, uma vez que esses litígios podem ser transformados em conciliação.
- No dia 21 de julho de 2014 com o Ministério Público – Promotores da Região da Baixada solicitam medidas urgentes de aplicação imediata para melhoria dos serviços, também foram discutidos a colocação nos terminais de embarque e desembarque de postos com comissários da Infância e Juventude, visando à fiscalização nos transportes de crianças e adolescentes para as diversas localidades do Maranhão, bem como, outros Estados.
- No dia 19 de agosto de 2014 com a Exma. Sra. Desembargadora Cleonice Silva Freire para a apresentação do Link da Coordenadoria, que foi planejado com a Assessoria de Comunicação e Diretoria de Informática, obedecendo aos padrões exigidos pelo CNJ, mas com 'layout' que remetem a este Egrégio Tribunal.

No dia 14 de outubro de 2014 a Exma. Sra. Desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente do TJMA, e o Exmo. Sr. Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, presidente da Coordenadoria, receberam na Cidade de Brasília a premiação do "Selo Infância e Juventude" - categoria bronze -, pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente. O prêmio foi entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); tem validade de dois anos e reconheceu publicamente os Tribunais pelas importantes ações de implantação, fortalecimento, acompanhamento e otimização da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), nos termos da Resolução CNJ nº 94/2009. O selo foi entregue na Coordenadoria no dia 24 de outubro pela Exma. Sra. Desembargadora Cleonice Silva Freire que na ocasião parabenizou a equipe pelo esforço e dedicação na conquista do "Selo Infância e Juventude".



- No dia 15 de outubro de 2014 aconteceu na cidade de Brasília - DF a reunião do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude, onde foram discutidas as estratégias de intervenção para cumprimento da Resolução CNJ nº 190 e o Provimento 36 da Corregedoria Nacional de Justiça. No encontro também ocorreu a palestra ministrada pelos professores Cassimira Benge e Benedito Santos (UNICEF) com o tema: O diagnóstico das Coordenadorias da Infância e Juventude e as perspectivas de ação e a eleição para a Nova Diretoria do Colégio de Coordenadores.
- Com a Secretária Municipal da criança e assistente Social a Dra. Andrea Carla Everton Lauande em decorrência da reivindicação do Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. José dos Santos Costa, no sentido de aumentar o número de CREAS de 05 (cinco) para 07 (sete).
- No período de 03 a 05 de novembro de 2014 a Coordenadoria, por meio das servidoras Maria Teresa e Cacilda, participou do Seminário Regional Sul ABMP e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público que aconteceu na cidade de Florianópolis-SC. As palestras foram ministradas em forma de painel onde foram discutidos assuntos como: Limites de Atuação dos Juízes, Promotores de Justiça e Defensores Públicos nas Ações de Destituição do Poder Familiar; Inter-relações do Sistema de Justiça como o Sistema de Garantia de Direitos e Interdisciplinaridade na Infância e Juventude; Depoimento Especial; Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; Ato Infracional, Saúde Mental e Drogadição e Justiça Restaurativa. No evento também houve exibição do filme "De Menor" com debate com a diretoria e atores do filme e apresentação dos projetos: Procurando caminhos (Florianópolis), Proteção de jovens em território vulnerável (Ceará) e família acolhedora (Paraná).

- Os juízes Karla Jeane Matos de Carvalho, José dos Santos Costa, José Afonso Bezerra de Lima e Simeão Pereira e Silva, membros da Coordenadoria, participaram do VI Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude e XVI Encontro do FONAJUV, que aconteceu na cidade de Porto Alegre, no período de 05 a 07 de novembro de 2014. O Encontro teve como objetivo o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes e a busca de soluções por meio de compartilhamento de experiências.



No primeiro dia do Evento a Juíza Karla Jeane Matos de Carvalho atuou como mediadora na palestra sobre "Depoimento Especial: A escuta protegida de crianças e adolescentes. Aspectos práticos e aplicação". No encontro também foram discutidos temas como: "Adoção Internacional"; "Lei 12.010/2009 e a Convivência Familiar e Comunitária. Aspectos práticos"; "Resolução 165 e 191 do CNJ"; "Famílias Acolhedoras: Uma alternativa possível. Relator da experiência de Santo Ângelo/RS"; "Aspectos Práticos da Jurisdição da Infância e Juventude: proposta de fluxos cartorários e gestão de gabinete".

- Nos dias 25 a 29 de maio de 2015, aconteceu a 2ª semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão - Pensando as práticas institucionais, no qual a Juíza Karla Jeane Matos de Carvalho participou dos módulos referentes à Escuta Qualificada de Crianças e Adolescentes e no dia 26 de maio compôs a mesa da Palestra: "Testemunho infantil: fundamentos e técnicas de entrevista" ministrada por Dr. José Antônio Daltoé Cezar, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
- A coordenadoria da Infância e Juventude, por meio da Juíza Karla Jeane Matos de Carvalho, representou o Judiciário Maranhense no VI Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude que aconteceu no dia 14 de agosto de 2015 na cidade do Rio de Janeiro. O Encontro busca o aprimoramento da atuação das coordenadorias e o estreitamento da colaboração mútua, com vistas à melhoria da prestação dos serviços da justiça na referida área, com a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas ao tema.



Na oportunidade foi destacada a atuação do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a expansão das salas de depoimento especial para oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência.

3.2 Cursos e Treinamentos

3.2.1 Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em situação de violência

Em parceria com a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) foi realizado o curso nos dias 09, 10 e 11 de junho de 2014 na Esmam (Escola Superior de Magistratura do Maranhão), contou com a participação de 39 (trinta e nove) juízes e teve com ministrantes Dr. Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, Dr. Cassius Guimarães Chai, Dra. Sara Fernanda Gama, Dra. Karla Jeane Matos de Carvalho, Dra. Jacqueline Brito Oliveira, Des. José Antônio Daltoé Cezar (Desembargador do Rio Grande do Sul).



Teve como objetivo capacitar magistrados para realizar o correto depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos apropriados que viabilizem maior responsabilização dos réus e auxiliem na redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes.

3.2.2 - Treinamento para magistrados e facilitadores sobre o depoimento Especial

Foi realizado no dia 31 de outubro de 2015, no Fórum de São Luís, capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica realizada em salas de depoimento especial. O treinamento foi ministrado pelas juízas Karla Jeane e Sara Gama e contou com a participação de magistrados e servidores das Comarcas que já possuem salas instaladas e também as que serão contempladas com a estrutura até o final do ano, dentre as quais: Caxias, Timon, Coroatá, Santa Inês, Bacabal, Pinheiro, Balsas, São João dos Patos, Paço do Lumiar, São Mateus, São José de Ribamar e Santa Luzia do Paruá e da Comarca de São Luís: 2ª Vara da Infância e Juventude, 1ª a 7ª Vara da Família, Vara Especializada de Violência doméstica Contra a Mulher e 9ª Vara Criminal.



Por meio de aula teórica e prática, a preparação para a escuta das crianças e adolescentes se baseou na discussão sobre a temática, etapas da entrevista, simulação de depoimentos e esclarecimento de dúvidas.

O Depoimento Especial é um método que objetiva garantir a integridade física e psicológica e preservar a imagem e identidade das vítimas, assim como, facilita a escuta em separado das vítimas de menor

idade, que costumam sentir-se constrangidas na presença de supostos agressores, com a ajuda de profissionais devidamente capacitados. Este consiste em receber a criança ou adolescente nas dependências do Fórum, 30 minutos antes da audiência, para então direcioná-la à sala de depoimento especial, onde será ouvida por um profissional competente com o auxílio de equipamentos audiovisuais, que estarão ligados à sala de audiência. Na Sala de audiência estarão o juiz, promotor e partes, que poderão ouvir e fazer perguntas por meio da técnica que estará na sala de depoimento especial.

3.2.3 Curso de Depoimento Especial para Magistrados

Com o objetivo de capacitar magistrados para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de casos de abuso sexual ou violência doméstica, A Coordenadoria da Infância e Juventude e a Escola Superior de Magistratura (ESMAM) realizou nos dias 01 e 02 de junho de 2015 mais um Curso de DEPOIMENTO ESPECIAL. O Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto fez a abertura do curso que ocorreu no auditório Humberto Filgueiras no Fórum "Des. Sarney Costa" e na oportunidade destacou a importância do uso dessa técnica para minimizar os danos causados a uma criança que precisa prestar depoimento de um caso de abuso ou maus tratos.

Na ocasião, compôs a mesa do, o Exmo. Sr. Desembargador, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Presidente desta Coordenadoria, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito e Diretor do Fórum Osmar dos Santos Gomes, a Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito e Coordenadora da CIJ - Coordenadoria da Infância e Juventude, Karla Jeane Matos de Carvalho e a Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito, Sara Fernanda Gama. O primeiro palestrante foi o Dr. Paulo, professor Doutor da UFMA, que abordou tema como o psiquismo e regressão, se utilizando de uma dinâmica de grupo, mesa redonda e outras técnicas.

A Dra. Karla Jeane explanou como se deu a implantação dessa nova técnica e principais características do DEPOIMENTO ESPECIAL, inclusive com apresentação em vídeo de gravações de depoimentos realizados em outros Estados.

Houve ainda um momento com o Dr. Jorge, Diretor de Informática TJ-MA, que tirou todas as dúvidas sobre os equipamentos de áudio, vídeo e informática utilizados na sala de DEPOIMENTO ESPECIAL.

A Dra. Sara Gama expôs sua experiência profissional, pois já faz uso desta técnica na comarca da

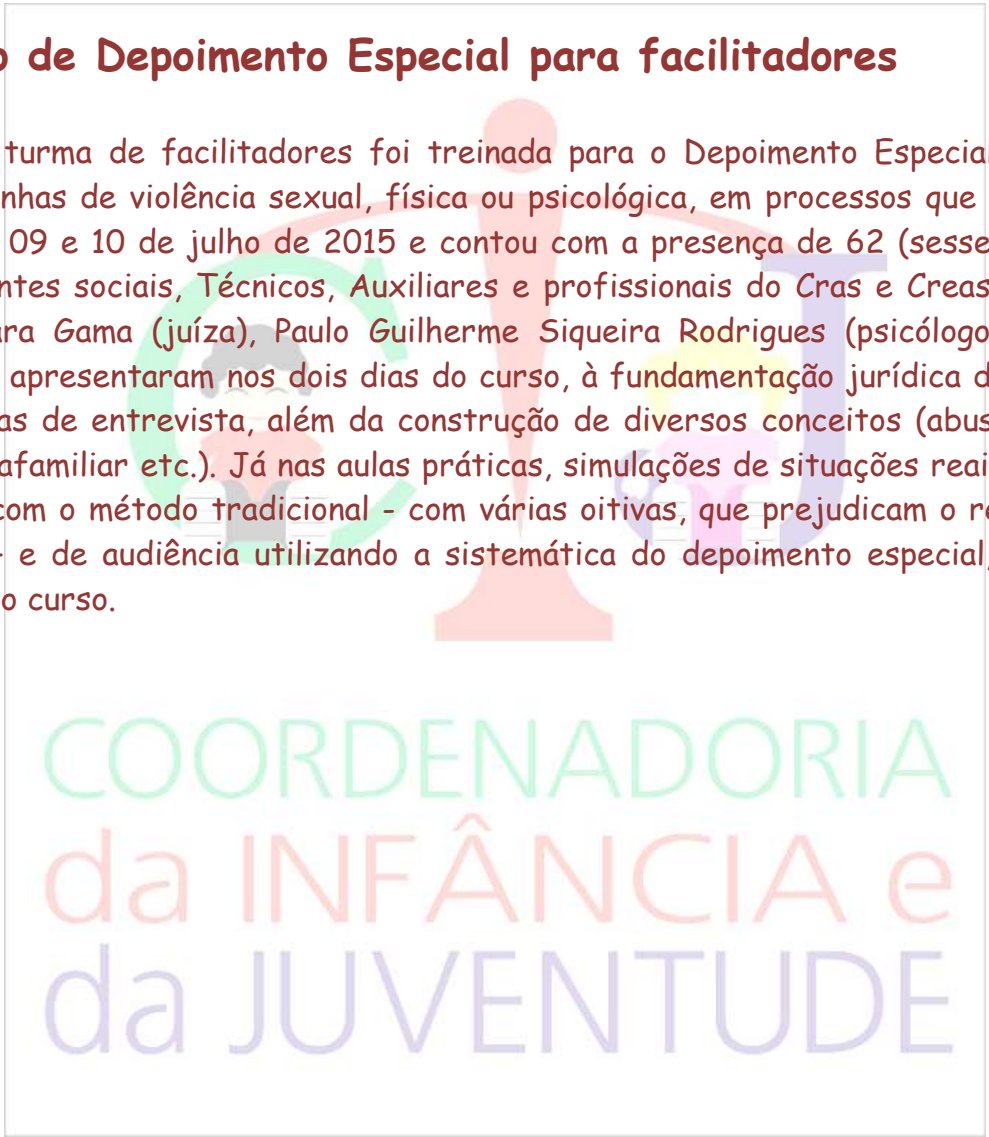
qual é titular, apontando erros e acertos no intuito de desenvolver e auxiliar os colegas magistrados.

Para finalizar houve a participação da facilitadora Jaqueline Oliveira, assistente social da Comarca de Coelho Neto, que também relatou a experiência adquirida e em conjunto com os alunos magistrados, participou da parte prática, mostrando como fazer a melhor forma de abordagem à suposta vítima. O grupo foi dividido em duas turmas, que ao fim do curso puderam pôr em prática o que aprenderam.



3.2.4 Curso de Depoimento Especial para facilitadores

Mais uma turma de facilitadores foi treinada para o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na justiça. O curso aconteceu nos dias 09 e 10 de julho de 2015 e contou com a presença de 62 (sessenta e dois) servidores, entre Psicólogos, Assistentes sociais, Técnicos, Auxiliares e profissionais do Cras e Creas. Os instrutores Karla Jeane Matos (juíza), Sara Gama (juíza), Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues (psicólogo) e Jaqueline Brito Oliveira (Assistente Social) apresentaram nos dois dias do curso, a fundamentação jurídica da técnica, o passo a passo do depoimento, técnicas de entrevista, além da construção de diversos conceitos (abuso sexual, maus-tratos, abuso sexual extra e intrafamiliar etc.). Já nas aulas práticas, simulações de situações reais do percurso da vítima até o Fórum, de acordo com o método tradicional - com várias oitivas, que prejudicam o relato da vítima (memória) e a apuração do caso - e de audiência utilizando a sistemática do depoimento especial, com base nos ensinamentos adquiridos durante o curso.



COORDENADORIA
da INFÂNCIA e
da JUVENTUDE



3.3 Processos e documentos encaminhados

A Coordenadoria respondeu a processos e documentos via digidoc enviados ao setor, encaminhou circulares aos magistrados que atuam na área da Infância e Juventude sobre recomendações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), deu suporte aos magistrados quanto ao preenchimento dos sistemas CNA (Cadastro Nacional de Adoção), CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas) e CNACL (Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei) e fez um levantamento junto as Varas e Comarcas que tem competência para julgar processos na área da Infância e Juventude do Estado sobre a regularidade do preenchimento de tais sistemas, assim como orientou sobre a responsabilidade dos magistrados ao preencher em tempo estipulado tais cadastros para que possamos ter um número mais próximo da realidade.

Em 20 de julho de 2015, a Coordenadoria encaminhou ao CNJ questionário devidamente preenchido sobre o perfil da implantação dos serviços de Família Acolhedora no Brasil. As informações foram obtidas junto à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Órgão que hoje executa o serviço no Município de São Luís.

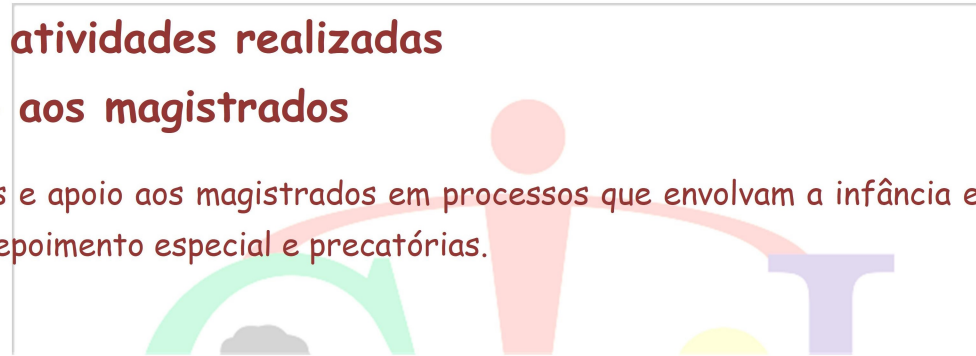
Em 23 de julho de 2015 foram prestadas informações à 32ª Promotoria de Justiça Especializada (Infância e Juventude) sobre as instalações das salas de depoimento especial nos Fóruns do Estado.

Conforme solicitado foi encaminhado aos Coordenadores da Infância e Juventude de Goiás e Santa Catarina sugestões de cursos de operacionalização e capacitação para formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores da área da infância e juventude para elaboração de estudos, relatórios e consultas de formação de parcerias para tais fins que foram apresentadas no VI Encontro do Colégio de Coordenadores que aconteceu dia 14 de agosto de 2015.

3.4 Outras atividades realizadas

3.4.1 Apoio aos magistrados

Orientações e apoio aos magistrados em processos que envolvam a infância e juventude, como nos casos de necessidade de depoimento especial e precatórias.



3.4.2 Edição e reprodução de Cartilha de Depoimento Especial

As cartilhas já elaboradas pela Vara da Infância e Juventude de Imperatriz foram editadas por esta Coordenadoria e confeccionadas no total de 2.000 (dois mil), com a finalidade de distribuição nas Comarcas que receberão as salas de depoimento especial, para que a comunidade local tome conhecimento de forma bem prática sobre o diferencial neste tipo de escuta.



3.4.3 Elaboração do link

Foi elaborado junto com a Diretoria de Informática e a Assessoria de Comunicação da Presidência o *hot site* da Coordenadoria da Infância e Juventude. O Portal disponibiliza diversas ferramentas que possibilitam esclarecimentos relativos a ações e projetos do Tribunal de Justiça do Maranhão, bem como informações relativas à área da infância e juventude.



4 Instalação das salas de Depoimento Especial

Seguindo a recomendação nº 33/2010 a partir do mês de maio de 2014 até a presente data, 27 de agosto de 2015, foram instaladas 13 salas de depoimento especial. As salas são destinadas à oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica, em processos que tramitam na Justiça.

4.1 Dia 19/05 - No Fórum Desembargador Sarney Costa na Comarca de São Luís e divulgação do projeto.



4.2 Dia 09/10 - Comarca de Timon

4.3 Dia 10/10 - Comarca de Caxias



4.4 Dia 01/12 - Comarcas de Bacabal e Santa Inês



4.5 Dia 12/12 - Comarca da Raposa



4.6 Dia 15/12 - Comarcas de Coroatá e São Mateus



4.7 Dia 23/01 - Comarca de Chapadinha



4.8 Dia 11/05 - Comarca de Pinheiro e Santa Luzia do Paruá



4.9 Dia 09/06 - Comarca de São Bernardo

O recém-inaugurado Fórum de São Bernardo foi entregue já equipado com a sala de depoimento especial.



4.10 Dia 09/07 - Comarca de Presidente Dutra



4.11 Dia 09/07 - Comarca de São João dos Patos



5.0 - Lançada Fundação que dará suporte a projetos sociais do TJMA



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, realizou o lançamento da Fundação da Cidadania e Justiça, entidade pública criada por lei para subsidiar a formulação de políticas e o desenvolvimento de atividades de suporte à Casa Abrigo e à Casa da Criança. As casas são os dois principais projetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e parceiros, atuando desde 1997 na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes em situação de risco. O lançamento aconteceu no canteiro de obras do prédio onde funcionará a sede própria da Casa da Criança, prevista para ser inaugurada no próximo dia 12 de outubro.

Criada pela Lei 9.324/2010, a Fundação da Cidadania e Justiça tem a finalidade de acolher, oferecer assistência médica e psicológica, alimentação, vestuário, atividades profissionalizantes e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e eventuais filhos menores que venham a ser abrigados.

A Casa da Criança, atualmente, recebe até 30 crianças de 0 a 03 anos, até sua reinserção ao lar, ou adoção, totalizando mais de 320 crianças acolhidas desde a sua criação.

A nova sede que está sendo construída no bairro do São Francisco, em São Luís, expandirá a capacidade para até 100 acolhidos, contando com 1.892 metros quadrados distribuídos em dormitórios coletivos, berçário, salas (administrativas, de estudo e de atendimento psicossocial), consultórios (médico, odontológico e de fisioterapia), brinquedoteca, copa, cozinha, rouparia, lavanderia, banheiros e espaços destinados a oficinas e cursos, área para horta, quadra poliesportiva, entre outros.